

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E DA AMAZÔNIA**

**REQUERIMENTO Nº                      , DE 2018  
(Do Sr. ARNALDO JORDY)**

*Requer a realização de Mesa Redonda no  
Município de Santarém (PA) para debater os  
danos ambientais e conflitos fundiários no  
Município de Juruti (PA).*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 117, caput, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada MESA REDONDA no Município de Santarém, Estado do Pará, para debater os danos ambientais e conflitos fundiários que atualmente ocorrem no Município de Juruti (PA).

Nesse sentido, solicito que sejam convidados:

- Sr. Manoel Henrique Gomes Costa- Prefeito de Juruti;
- Dr. Gilberto Valente Martins, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará;
- Dr. Luís de Camões Lima Boaventura, Procurador da República no Município de Santarém;
- Dra. Luisa Astarita Sangoi, Procuradora da República no Município de Santarém.
- Sr. Mário Sérgio da Silva Costa Superintendente do INCRA em Santarém, PA;

- Dr. Daniel Nunes Lopes, Presidente do Instituto de Terras do Pará- ITERPA;
- Sr. Otávio Carvalheira, Presidente da Alcoa Brasil;
- Sr. Isaias Vitor, Presidente da Associação Comunitária Gleba Curumucuri – Acoglec;
- Alessandro Miranda Nunes- Movimento por Moradia, em Juruti
- Gecivaldo do Amaral- Presidente da Associação dos Produtores de Novo Paraná , em Juruti.

## **JUSTIFICATIVA**

Diversas comunidades sediadas no Município de Juruti, no oeste do Estado do Pará, enfrentam problemas causados pela multinacional norte-americana Alcoa Alumina – que explora bauxita na região, acarretando prejuízos socioambientais e fundiários.

Atualmente, centenas de famílias das comunidades Jabuti, Barroso, São Paulo e Igaraé-

Açú, no Município de Juruti, estão em estado de alerta ante à possibilidade de perderem suas moradias. Essas famílias receberam notificações da empresa Alcoa e da Associação Acoglec para desocuparem terrenos em áreas rurais reivindicados pela empresa, embora pertencentes à União e ao Estado do Pará. São áreas em litígio, que necessitam da intervenção dos órgãos de regularização fundiária Iterpa, em alguns casos e do Incra, em outros casos. Cerca de 142 residências já foram destruídas em uma ação anterior, deixando mais de 100 famílias totalmente desabrigadas. Essa tragédia não pode se repetir.

Além dos problemas fundiários, o Ministério Público do Estado, por meio das promotoras de justiça Lilian Regina Furtado Braga e Dully Sanae Araújo Otakara, ingressou com Ação Civil Pública contra a Alcoa para garantir a cessação e recuperação de danos ambientais causados ao ecossistema que

abrange os igarapés das áreas de influência das rodovias, caminhos de serviços e ferrovia construídos pela empresa na região. O MP está pedindo a suspensão da licença de operação da Alcoa, até que sejam tomadas todas as providências para recuperação, controle e monitoramento dos igarapés e indenização das populações afetadas.

Além disso, a comunidade também denuncia a exploração de bauxita pela Alcoa em uma área destinada pelo governo do Pará para ser um centro florestal em Juruti, na gleba Curumucuri.

Em face da relevância do tema e com o objetivo de promover o debate com representante da empresa, autoridades locais e representantes da sociedade civil sobre a sustentabilidade dessa atividade econômica e buscar soluções para a população do Município de Jurití, no Estado do Pará, solicito o apoio dos nobres pares para aprovar este requerimento.

Sala das Comissões,            de maio de 2018.

**Deputado ARNALDO JORDY**

**PPS/PA**